

DECLARAÇÃO – ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS E RENDA FORMAL

Nome: _____	CPF: _____	
RG nº _____	Órgão Expedidor: _____	Data expedição: ___/___/___
Endereço: _____		
Complemento: _____	Bairro: _____	
Cidade: _____	UF: _____	CEP: _____
Telefone: _____	E-mail: _____	

Para atendimento do disposto nos arts. 24 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e, 54 da Lei Complementar Municipal nº 457, de 29 de dezembro de 2020, **DECLARO**, sob pena prevista no art. 299¹ do Código Penal Brasileiro, que:

1 – RECEBO pensão por morte neste RPPS ou em outro regime previdenciário:

() não () sim – Qual? _____

2 – RECEBO pensão decorrente de atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal:

() não () sim – Qual? _____

3 – RECEBO aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social:

() não () sim – Qual? _____

4 – RECEBO proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal:

() não () sim – Qual? _____

Para atendimento do disposto no art. 40, § 7º, da Constituição Federal, **DECLARO**, sob pena prevista no art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

5 – RECEBO fonte formal de renda:

() não () sim – Qual? _____

DECLARO, ainda, estar ciente que caso haja acumulação de benefícios previdenciários acima especificados, no momento oportuno, haverá a escolha do valor do benefício mais vantajoso e de uma parte do outro benefício, apurado na forma do § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Obs.: Caso receba qualquer dos benefícios acima especificados é necessária a juntada de documentação comprobatória (contracheque/comprovante de rendimentos anual ou equivalentes).

Anápolis, _____ de _____ de 20_____.

(Assinatura do requerente)

¹ Artigo 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – Reclusão, de um a três anos, e multa, se o documento é público.